

ARQUI TETURA E URBANISMO:

SENSIBILIDADE PLÁSTICA,
NOÇÃO DO ESPAÇO,
IMAGINAÇÃO E
MEMÓRIA VISUAL

2

PEDRO HENRIQUE MÁXIMO PEREIRA
(ORGANIZADOR)

ARQUI TETURA E URBANISMO:

SENSIBILIDADE PLÁSTICA,
NOÇÃO DO ESPAÇO,
IMAGINAÇÃO E
MEMÓRIA VISUAL

2

PEDRO HENRIQUE MÁXIMO PEREIRA
(ORGANIZADOR)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Arquitetura e urbanismo: sensibilidade plástica, noção do espaço, imaginação e memória visual 2

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Pedro Henrique Máximo Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquitetura e urbanismo: sensibilidade plástica, noção do espaço, imaginação e memória visual 2 / Organizador Pedro Henrique Máximo Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-968-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.681221002>

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. I. Pereira, Pedro Henrique Máximo (Organizador). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Enquanto o livro “Arquitetura e urbanismo: sensibilidade plástica, noção do espaço, imaginação e memória visual”, volume 1, tensiona sobre as possibilidades de **produção** e **percepção** do espaço, este volume 2, agora diante das leitoras e leitores, por sua vez, possui outra característica.

Há aqui três agrupamentos possíveis. O primeiro encontra-se nas reflexões sobre a **desigualdade social**, a necessidade da habitação e os meios para alcançá-la. O segundo está estritamente detido nas questões relacionadas ao **ensino** de arquitetura, de projeto de arquitetura, da paisagem e à pesquisa. O terceiro, por fim, está relacionado ao **patrimônio**, à memória, aos centros históricos e às obras isoladas de valor artístico e histórico.

Este conjunto pode ser traduzido, face ao contexto mais amplo de crise e pandemia que vivemos, com as preocupações atuais sobre as demandas por ele trazidas ou aprofundadas.

Primeiro, quais as causas do aumento da desigualdade e, por consequência, da crise habitacional que empurrou milhares de pessoas à informalidade e à situação de rua no Brasil? Como solucionar este problema em agravamento acelerado? Como interrompê-lo agora e no médio-longo prazo? Quais exemplos efetivos podem ser trazidos à mesa para o debate?

A segunda preocupação encontra-se concentrada nas reflexões sobre o ensino de projeto de arquitetura e da paisagem. Quais os rumos do ensino face às demandas recentes? Como reforçar habilidades e competências necessárias para o pleno exercício crítico da profissão a partir do ensino e da pesquisa? Quais métodos utilizar? Como avaliar tais resultados?

A terceira preocupação está detida no valor patrimonial, histórico e artístico dos centros históricos e obras isoladas. Quais impasses estão presentes no patrimônio histórico? Quais mensagens tais patrimônios nos trazem ao presente? Aqueles monumentos que não traduzem necessariamente valores humanitários do presente, são para preservar ou apagar? Como reconhecer e resgatar o valor e o sentido de beleza de sítios históricos e de obras isoladas recentemente reconhecidas como relevantes? Como valorizá-las, trazê-las à tona, conservá-las?

Caro leitor, cara leitora. Certamente os textos presentes neste segundo volume não nos apresentarão respostas definitivas a tais questionamentos. Certamente não há respostas fáceis e prontas para nossos dilemas aqui representados. No entanto, este rico conjunto de textos reflexivos e críticos contribuirão para os debates já existentes, mas estressados pelas realidades que nos assolam, de modo ímpar.

Assim, estimo, a leitoras e leitores, excelente leitura e reflexão!

Pedro Henrique Máximo Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROBLEMA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

Giuliana Lima Oliveira

Vera Santana Luz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6812210021>

CAPÍTULO 2..... 18

TRANSDISCIPLINARIDADE E PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL INFLUÊNCIA DOS REGULAMENTOS MEXICANOS

Thania Batista Estévez

Bertha Lilia Salazar Martínez

Luis Arturo Vázquez Honorato

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6812210022>

CAPÍTULO 3..... 27

NOTAS SOBRE UNA EXPERIENCIA FORMATIVA RADICAL: TALLERES ARTÍSTICOS Y TÉCNICOS SUPERIORES (VKHUTEMAS VKHUTEIN 1920-1932)

Celso Valdez Vargas

Selene Laguna Galindo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6812210023>

CAPÍTULO 4..... 44

APONTAMENTOS SOBRE AS AULAS DE PROJETO EXECUTIVO NO ÂMBITO DA EAU-UFF A EXPERIÊNCIA DO PROJETO EXECUTIVO NAS ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO, UMA REFLEXÃO

Pedro da Luz Moreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6812210024>

CAPÍTULO 5..... 57

EL TALLER DE PAISAJE, ESTRATEGIAS Y OBJETIVOS, EMPATIA, LA ARQUITECTURA COMO RESPUESTA

José Luis Jiliberto Herrera

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6812210025>

CAPÍTULO 6..... 70

A CONTRIBUIÇÃO DO GRUPO META NO PROCESSO CRIATIVO E PROJETUAL ATRAVÉS DA MAQUETE FÍSICA NO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO-UFSC/CS

Ana Elisa Souto

Mylena Roehrs

Pedro Gabriel Pedra Kolbe

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6812210026>

CAPÍTULO 7	82
DIMENSIONES FACTORIALES DE LA BELLEZA EN LOS CENTROS HISTÓRICOS	
Sara González Moratiela	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6812210027	
CAPÍTULO 8	95
PERCEÇÃO DA PAISAGEM SONORA DE UM PARQUE URBANO	
Elcione Maria Lobato de Moraes	
Paulo Chagas Rodrigues	
Izabel Bianca Araújo Lopez	
Mayanne Silva Farias	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6812210028	
CAPÍTULO 9	108
RESTAURO ABERTO: UMA EXPERIÊNCIA PARA VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PATRIMÔNIO ARTÍSTICO-CULTURAL	
Eliana Zaroni L. Silva	
Noemi Zein Telles	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6812210029	
CAPÍTULO 10	122
DESTRUIÇÃO DE MONUMENTOS: ATENTADO À MEMÓRIA OU RESOLUÇÃO DE DESAVENÇAS?	
Melissa Ramos da Silva Oliveira	
Maria Augusta Deprá Bittencourt	
Victória Christina Simões Pinheiro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.68122100210	
CAPÍTULO 11	134
ALVENARIAS VERNÁCULAS: RECUPERAÇÃO E DIFUSÃO DE SISTEMAS CONSTRUTIVOS DE SÃO JOÃO DEL-REI E REGIÃO	
Mariana Soares Arcanjo	
Alexandre Campos Silva	
Mateus de Carvalho Martins	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.68122100211	
CAPÍTULO 12	148
MAPEAMENTO DAS CONSTRUÇÕES MODERNISTAS DE PONTA GROSSA	
Ana Paula Alece Koch	
Jeanine Mafra Migliorini	
Mariana Lemos Cavalcanti Gomes Soares	
Natália Martins Michalowski	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.68122100212	
CAPÍTULO 13	159
ARQUITETURAS PINTADAS: O DENTRO E O FORA NAS CASAS GERMÂNICAS DE	

ANTÔNIO CARLOS

Sandra Makowiecky

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.68122100213>

CAPÍTULO 14..... 172

A ESTÉTICA SOCIAL E A SUSTENTABILIDADE DA ESTRUTURA APARENTE DA
ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA DE MARCOS ACAYABA

Mariana Rabello de Almeida

Ricardo Carvalho Lima Ramos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.68122100214>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 194

ÍNDICE REMISSIVO..... 195

CAPÍTULO 1

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROBLEMA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

Data de aceite: 01/02/2022

Giuliana Lima Oliveira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas com pesquisa financiada pela Capes, Bolsa Modalidade I, Linha de Pesquisa: Projeto, Inovação e Gestão em Arquitetura e Urbanismo. Membro do Grupo de Pesquisa EU: CA - Estudos Urbanos: Cultura e Arquitetura

Vera Santana Luz

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

RESUMO: A população em situação de rua, ao refletir uma face extrema da desigualdade social, tem enfrentado precariedade, marginalização e expulsões no meio urbano. No Brasil, os indicadores apontam que essa população tem aumentado e se concentrado na região Sudeste caracterizada como de maior população e desenvolvimento. O objetivo deste artigo é apresentar considerações a respeito dos instrumentos de inclusão e características deste contingente. A partir da metodologia da dialética crítica, são abordadas garantias instituídas por meio do quadro legal brasileiro destinadas a esta população e em seguida apresentado o estudo de caso do projeto arquitetônico Oficina Boraceia, na cidade de São Paulo. Os resultados revelam um estado de contradição entre as garantias dos direitos sociais, especialmente a partir de 1988, e sua efetivação concreta como capacidade de

enfrentar essa condição de vulnerabilidade da população em situação de rua.

PALAVRAS-CHAVE: população em situação de rua; desigualdade social; vulnerabilidade urbana; direito à cidade; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Dentre as diversas formas e dimensões de estratificação socioespacial urbana, a população em situação de rua revela uma das faces extremas da desigualdade social, refletindo pobreza, segregação e exclusão. Filgueiras (2019) trata o morar na rua como realidade urbana e problema público no Brasil. A questão retratada à luz das políticas públicas é exposta pela autora como um desafio político e urbano.

O problema, visto no âmbito da esfera pública, nos permite identificar a implementação de políticas, instrumentos, programas e ações que, por meio do quadro legal, visa combater o cenário de condição de precariedade expressa pela permanência da marginalização espacial desses indivíduos. No Brasil, em 2009, a Política Nacional para a População em Situação de Rua, estabelecida pelo Decreto nº 7.053/09, definiu essa população da seguinte forma:

Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite ou como moradia provisória. (Decreto nº 7.053, 2009, art. 1º, parágrafo único).

A condição humana, ao enxergar a rua como alternativa de sobrevivência, possui origens diversas e representa um estado de alta vulnerabilidade. O I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua¹ realizados entre os anos de 2007 e 2008 evidenciam que a extrema pobreza, a impossibilidade de aquisição de moradia, as desavenças familiares, a condição do trabalho informal, o deslocamento em busca de trabalho, a falta de escolaridade, o uso de entorpecentes, a discriminação sofrida até mesmo dos órgãos públicos, a falta de perspectiva de uma vida melhor, o tempo de permanência que induz a continuidade dessa condição e que possui o espaço comum a todos para realização de pernoites, refeições precárias, higiene pessoal, enfrentando dificuldades em desfrutar da vida privada, indicam um estado não só de vulnerabilidade, mas de urgência no meio urbano (Cunha, 2009).

Filgueiras (2019) indica que, em âmbito nacional brasileiro, a situação de rua é entendida como questão social e urbana e como adversidade pública desde o final do século XX, mas a ocorrência de pessoas vivendo nas ruas como opção de sobrevivência não se torna de imediato um problema público. A constituição dos pactos sociais para inclusão da população em situação de rua, se deu a partir de ações de diferentes atores e acontecimentos. A contribuição dos agentes públicos, da sociedade civil e empreendedores possibilitou o que Filgueiras denominou como “a construção do olhar” (p. 977). A percepção das causas em prol destes indivíduos viabilizou conquistas as quais abordaremos a seguir.

DESENVOLVIMENTO

Primeiramente é importante de destacar que o governo federal brasileiro, em 1941, passou a ver a mendicância² como ato passível de punição. Após 68 anos, tal posicionamento foi revogado pela Lei nº 11.983 de 2009, ano em que ocorreu a conquista da Política Nacional para a População em Situação de Rua institucional (Lei nº 11.983, 2009). Este marco garantiu direitos e meios de acesso aos serviços públicos por meio de princípios, diretrizes, objetivos e organização.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, marco legal promulgado na consolidação do país como Estado Democrático de Direito, assegurou direitos

1 O I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua se trata da primeira, mais completa e única pesquisa no Brasil, sendo resultado do Primeiro Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua realizado em 2005 (Cunha, 2009).

2 O Decreto Lei nº 3.688/41, que dispõe sobre a Lei das Contravenções Penais, sujeitou tal conduta à pena de 15 dias a 3 meses de prisão (Lei nº 3.688, 1941, art. 60º). Para mais informações ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm.

fundamentais a todos os cidadãos. Em primeira instância, são assegurados como valores supremos o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos (Constituição Federal, 1988, parágrafo único). Seus objetivos fundamentais constituem-se em construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantindo o desenvolvimento nacional, a **erradicação da pobreza e marginalização [ênfase adicionada]**, bem como a redução das desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, reconhecendo a diversidade, sem preconceitos e quaisquer outras formas de discriminação (Constituição Federal, 1988, art. 3). Os direitos sociais garantidos a todos são instituídos pelo acesso à “educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, **a assistência aos desamparados [ênfase adicionada]**” (Constituição Federal, 1988, art. 6).

A Constituição de 1988 permitiu que a assistência social³ passasse a ser de responsabilidade pública, sendo “prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social” (Constituição Federal, 1988, art. 203). A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)⁴ promulgada após 5 anos da Constituição Federal, pela Lei nº 8.742/93, sistematiza a organização da assistência social, visando conceder os mínimos sociais e assegura em tese as necessidades básicas da existência humana para enfrentamento da pobreza (Lei nº 8.742, 1993, art 2º, parágrafo único).

A assistência social, sendo Política de Seguridade Social, se organiza com base na administração política setorial descentralizada entre os Estados, o Distrito Federal, os respectivos municípios e a participação popular, responsabilizando o Estado na condução das políticas públicas (Lei nº 8.742, 1993, art. 5º).

No decorrer dos anos, a LOAS passou por algumas adaptações. Após 12 anos à margem dos direitos sociais, em 2005, um ano após a Chacina da Praça da Sé⁵, a LOAS incluiu a população em situação de rua em seus serviços, tendo-se estendido esta garantia de benefícios assistenciais pela Lei nº 11.258/2005 (Lei nº 11.258, 2005). Outra alteração nos marcos legais ocorreu em 2011, ano em que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi inserido de forma jurídica sob a Lei nº 12.435/2011 (Lei nº 12.435, 2011).

3 Os objetivos da assistência social constituem “a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei” (Constituição Federal, 1988, art. 203).

4 Por intermédio da LOAS se instituiu o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e o Plano de Assistência Social (PAS) que são imprescindíveis para o gerenciamento da Política Pública da Assistência Social (Lei nº 8.742, 1993, art. 30).

5 A Chacina da Praça da Sé, ocorrida em 2004, em São Paulo, foi um acontecimento que marcou o país. Registrou a morte de sete pessoas em situação de rua sem nenhuma justificativa, dando maior visibilidade e marcando a história desse contingente na luta por direitos (Cunha, 2009). Foi um dos episódios que promoveram a questão entre os movimentos envolvidos e atribuiu novos agentes à causa, contribuindo para a construção de paradigmas para essa população (Filgueiras, 2019). Salientamos ainda que, a assistência a população em situação de rua no Brasil é marcada pela ajuda religiosa, o que confere a esta causa um início meramente de ajuda humanitária (De Lucca, 2007).

O SUAS é resultado da discussão sobre a estrutura da assistência social, sendo preconizada sua implementação realizada pela Política Nacional da Assistência Social (PNAS) em 2004, visando garantir a efetivação das ações socioassistenciais (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004). Apesar da introdução do SUAS ocorrer quase duas décadas após a instituição da LOAS, este Sistema era fundamentado desde 2005, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

O processo de inclusão social dos indivíduos em situação de rua, bem como o delineamento das medidas assistenciais, permitiu a sistematização da Assistência Social no Brasil, ocorrida a partir do SUAS, com a possibilidade de maior efetividade na condução dos marcos legais, assim como na integração dos favorecidos aos benefícios previstos por lei (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004).

Outra conquista se deu em 2007, com a instituição do Cadastro Único⁶ (CADÚNICO), que é um sistema eletrônico de cadastramento dos beneficiários nos programas sociais. Este instrumento de eleição, distinção e caracterização das famílias de baixa renda, produz a racionalização dos processos, garantindo a unicidade das informações e integração aos programas (Decreto nº 6.135, 2007, art. 3). A instituição do CADÚNICO facilitou o acesso da população em situação de rua aos programas como Bolsa Família, o Benefício de Prestação continuada (BPC) e aos cursos de Prestação Continuada de Jovens e Adultos (EJA) e qualificação profissional (Cortizo, 2019).

Na sequência de conquistas relativas ao quadro legal, no que tange à população em estudo, em 2005 ocorreu o Primeiro Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua, evento que promoveu o I Censo e Pesquisa sobre estes indivíduos, realizado entre 2007 e 2008 (Cunha, 2009). Tal Pesquisa proporcionou, no ano de 2008, o estabelecimento da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, contribuindo na orientação e construção de políticas públicas para esta população. No ano seguinte, em 2009, esta Política se efetivou por meio do Decreto nº 7.053 de 2009, juntamente com o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (CIAMP-Rua), que tem como princípios a igualdade e a equidade (Decreto nº 7.053, 2009).

O Decreto nº 7.053/09 assegura à população em situação de rua, mediante seus princípios, o atendimento universal e humanizado sem preconceitos, a garantia da convivência familiar e comunitária, seu valor e o respeito, tanto à vida como à cidadania. Os objetivos instituídos destinam-se à previdência e assistência social, saúde, educação, concedendo acesso aos programas de moradia popular, segurança, esporte, lazer, cultura, trabalho, transferência, bem como a qualificação profissional. A implementação de Centros Especializados para o tratamento da população em situação de rua e a instituição da contagem oficial desta população junto aos indicadores sociais brasileiros, estão entre as conquistas alcançadas por meio desse decreto (Decreto nº 7.053, 2009), embora não tenha

6 O CADÚNICO define as famílias como sendo compostas por um ou mais indivíduos, concedendo a estes um número de identificação social (Decreto nº 6.135, 2007).

ainda se efetivado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, contando somente com censo setoriais.

Evidencia-se ainda, a Portaria nº 940/2011 que permitiu, por meio do Ministério da Saúde, o acesso da população em situação de rua ao Sistema Único de Saúde (SUS) sem apresentação do comprovante de residência e a Portaria nº 122/2012, que instituiu o Consultório de Rua – CNAR (Cortizo, 2015). O CNAR⁷ funciona por meio de equipes que se organizam no atendimento à saúde mental por meio da Estratégia de Saúde na Família (ESF) sem domicílio, visando promover, proteger, diagnosticar, tratar, reabilitar, reduzir danos e manter a saúde deste indivíduos (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012). A Portaria nº 595 de 2013 (Cortizo, 2015), apesar de incorporar a população em situação de rua no processo de seleção à moradia por meio dos parâmetros de precariedade social ao Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV⁸ (Ministério das Cidades, 2009), não dispõe de diretrizes, objetivos ou meios para que ocorra o processo de sua efetivação. No mesmo ano, o Edital nº 3 do Ministério do Trabalho e Emprego (Cortizo, 2015) estabeleceu métodos de inclusão socioeconômica da população em situação de rua mediante a economia solidária, visando promover atividades por meio de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento neste segmento, com assessoria, capacitação, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento desta população no mercado de trabalho.

De acordo com Cunha (2009), os marcos legais voltados para a população em situação de rua, obtiveram tal delineamento mediante o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua realizada 12 anos atrás, publicado em 2008. Esta Pesquisa, realizada em 71 cidades brasileiras, identificou 31.299 pessoas nessa condição e possibilitou a quebra de alguns paradigmas. Esse contingente, somado ao censo dos municípios⁹ de São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte estimou 50 mil habitantes em situação de rua entre 2007 e 2008 no Brasil.

Das entrevistas do I Censo, 72,5% foram realizadas em espaços públicos e somente 27,5% em instituições, como albergues, abrigos, clínicas, dentre outros. A recusa por participação dos indivíduos, foi tida como baixa, a saber, de 13,4%. Dos que costumam dormir em albergues, a Pesquisa apontou 43,8% e destes, 20,7% manifestaram dificuldade em conseguir vagas. Por outro lado, 46,5% mencionaram a preferência em pernoitar em logradouros públicos, justificada pela vaga ideia de liberdade e porque muitos centros de acolhida não possuem espaços para animais de estimação, dificultando a saída das ruas

7 As equipes do CNAR, previstas pelo Ministério da Saúde, possuem os seguintes componentes: assistentes sociais, agentes sociais, médicos, enfermeiros, psicólogos, terapeutas ocupacionais, técnicos ou auxiliares de enfermagem e técnicos em saúde bucal. As atividades desempenhadas são integradas e compartilhadas com as equipes dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) (Ministério da Saúde, 2011).

8 O Plano Nacional de Habitação (PLANHAB), desde 2009, assegura o acesso e a universalização da moradia digna para as famílias formadas até 2023 no país (Ministério das Cidades, 2009).

9 Esses municípios realizam seu próprio censo sobre a população em situação de rua, motivo que os levou a ficar de fora do censo nacional (Cunha, 2009).

– Figura 1 (Cunha, 2009).

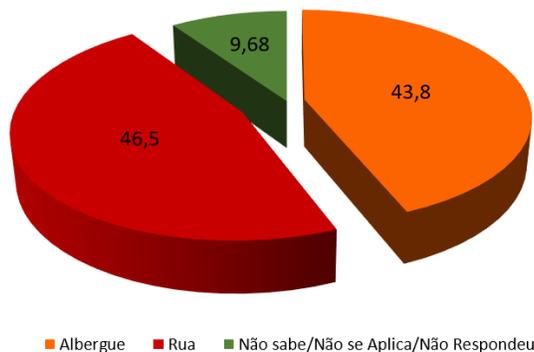


Figura 1: População em situação de rua – Local para pernoite

Fonte: Adaptado de: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua – 2007/08.

O I Censo também relata a prevalência de sujeitos acima de 18 anos em situação de rua e das 31.299 pessoas, 82% eram homens e somente 18% eram mulheres. Cunha (2009), aborda a questão dessas mulheres como uma minoria sobrevivendo em condições extremas em um meio majoritariamente masculino. Viver nas ruas poderia ser ainda mais arriscado e dos motivos que ratificam essa situação, 22,56% apontaram a perda de moradia, 21,9% as desavenças familiares, 11,68% o envolvimento com álcool e drogas e 8,8% dos casos estavam vinculados ao desemprego (Cunha, 2009, pp. 157-160).

Dos motivos que levam muitos a irem às ruas, neste Censo o alcoolismo se sobressaiu, apresentando o maior percentual, de 35,5%. Os demais correspondem como: 29,8% ao desemprego, 29,1% aos problemas familiares e 28,7% sem determinação. A Pesquisa evidenciou a permanência nas ruas como fator de continuidade nesta condição, apontando 47,6% deste contingente vivendo nas ruas a mais de 2 a 5 anos – Figura 2 (Cunha, 2009). O componente raça revela que 67% são pardos ou pretos. Segundo a Pesquisa, é um índice bem maior na comparação ao quadro brasileiro, que no Censo de 2010 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2010 citado em Cunha, 2009) apontava 44,5% da população como parda ou preta.

Tempo		%
Menos de 1 mês	2.163	7,8
Mais de 1 mês até 6 meses	4.017	14,6
Mais de 6 meses até 1 ano	3.017	10,9
Mais de 1 ano até 2 anos	3.818	13,8
Mais de 2 anos até 5 anos	5.211	18,8
Mais de 5 anos	8.181	29,6
Desde que nasceu	365	1,3
Não sabe/Não lembra	583	2,1
Não Respondeu	292	1,1
Total	27.647	100,0

Figura 2: População em situação de rua segundo o tempo em que dorme na rua/albergue.

Fonte: Adaptada de: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua – 2007/08.

Em relação aos paradigmas usuais de estigmatização, a Pesquisa revela somente 15,7% desta população como atrelada à mendicância e 70,9% desempenhando alguma ocupação remunerada dos quais 58,6% possuíam alguma profissão. Evidenciou-se uma população majoritariamente jovem, com idade economicamente ativa entre 26 a 45 anos. Sobre os dados de origem, a migração não foi considerada articulada à situação de rua. Dos entrevistados, 45,8% indicaram que sempre moraram no município de origem e 30,3% se deslocaram somente dentro do mesmo estado. Percebe-se que mais de 70% permaneceu no local de nascimento ou moderadamente próximos, provenientes de áreas urbanas e refutando a concepção de mudança do campo para a cidade (Cunha, 2009). Outro fator importante apresentado se refere a grupos que vivem de cidade em cidade em busca de emprego, os chamados “trecheiros”. Refere-se a uma categoria que está em constante movimento, dificultando sua contabilização, dos quais foi destacada a porcentagem de 11,9%. Os motivos apontados que levariam esse contingente a se deslocar apontou que 45,3% manifestou a busca de trabalho e 18,4 % causas relativas a desavenças familiares. Dos trecheiros, 60,1% expressaram que não estavam em situação de rua e nem utilizavam albergues em sua cidade natal (Cunha, 2009).

No que se refere à educação, foi diagnosticado que 63,5% não concluíram o primeiro grau. Dos que não sabiam ler e escrever, a porcentagem revelou 17,1%, e 8,3% assinava apenas o nome. Estes dados revelam um grupo de baixa escolaridade e sem acesso à educação. Sobre a alimentação, o índice de 19% não consegue fazer no mínimo uma refeição ao dia e 79,6% o conseguem. A Pesquisa também revela a debilidade das condições de higiene, destacando 30% dos que usam os logradouros públicos como meio primário para fazer suas necessidades fisiológicas e asseios. O resultado da condição de rua como consequência da falta de moradia, a alimentação débil ou inexistente, a precariedade de higiene, dentre outras áreas, registrou 30% dessa população com alguma

adversidade com respeito à saúde (Cunha, 2009).

Uma das dificuldades enfrentadas por estes indivíduos refere-se à discriminação, às censuras e reprovações sofridas, tanto em espaços públicos como privados. Das hostilidades em postos de saúde foi apontado por 18,4%, as relacionadas ao transporte público, por 29,8%, as relativas a estabelecimentos comerciais e o índice de 31% no acesso aos órgãos públicos, sendo 21,7% em empresas bancárias, sendo ainda que 26,7% se definiu como vítima de alguma discriminação. A rejeição foi relatada até mesmo na aquisição de documentos, com porcentagem de 13,9% (Cunha, 2009).

Sobre a documentação, item necessário para que o indivíduo possa ser assegurado pela assistência social pública, 24,8% informaram não possuir qualquer tipo de identificação e 61% não exerciam o direito de cidadania (Cunha, 2009). A Pesquisa expõe indicadores em relação ao acesso aos programas governamentais, evidenciando em 88,5% os que não possuem qualquer auxílio ou apoio público, a despeito da complexidade de mecanismos legais que expusemos anteriormente.

Como complementação do quadro geral de dados apresentados, é importante comentar que, dentre as estimativas mais recentes em relação à quantidade de indivíduos em situação de rua, a estatística realizada em 2015 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a partir de dados via Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas) com base em 1.924 municípios¹⁰ brasileiros (Natalino, 2016). Apesar de se constituir como uma estimativa com precisão relativa e não correspondente ao total de municípios, forma estimados 101.854 sujeitos neste contingente, no país, mais concentrados no Sudeste do Brasil¹¹, evidenciando, portanto, esta concentração em região com PIB superior e municípios mais adensados (Natalino, 2016). O CADÚNICO, em 2019, disponibilizou dados relacionados, revelando um acréscimo de 7.368 famílias em situação de rua relativas a agosto de 2012 para 119.636 em março de 2019, indicando ainda a prevalência de 70% deste contingente na região Sudeste. Os motivos desta condição foram apontados como a perda de moradia, por 13% e de imigração, por 29% dos casos. Ressaltamos novamente que o CADÚNICO reconhece famílias formadas por uma pessoa (Cortizo, 2019).

A necessidade de introduzir esta população no censo nacional realizado pelo IBGE persiste desde 2009, preconizada pelo Decreto nº 7.053/09 (Decreto nº 7.053, 2009). Para Melito (2018) esta carência de dados impossibilita um desempenho efetivo da assistência social brasileira, dificultando a percepção do problema. As dificuldades de sua efetivação podem ser compreendidas pela condição não domiciliada destes contingentes populacionais, o que interferiria na metodologia adotada pelo IBGE.

Os indicadores não só refletem a desigualdade social no meio urbano, mas caracterizam-na, refletindo preliminarmente os modos de sobrevivência da população em

¹⁰ Segundo o IBGE, em 2015 havia o total de 5.565 municípios no Brasil (IBGE, 2015a).

¹¹ A região Sudeste é a mais populosa e o estado de São Paulo representa 21.7% da população total do país (IBGE, 2015a) também com maior PIB nacional, correspondente a R\$ 1.939.901.907 (IBGE, 2015b).

situação de rua ao revelar suas quantidades, e as prevalências de gênero, faixas etárias, escolaridade, inserção em atividades de trabalho, condição de cidadania, hábitos, fatores de discriminação e adesão a programas sociais. Joana Barros (2004) testifica que:

Treinar o olhar para perceber onde estão os lugares de acolhimento é como treinar o olhar para ler uma cidade pelo seu avesso, através daquilo e daqueles que estão fora do que consideramos "cidade", na sua dimensão civilizatória, pública e política. Desta forma é como se prescruitássemos as entranhas da cidade e de seu duplo, a política, para achar o que está escondido por trás dela e ao mesmo tempo é estruturante neste esconder-se/revelar-se. Descobrimos então nesta cidade oculta uma verdadeira rede de atendimento, com uma geografia e uma lógica de funcionamento próprias. Achamos em meio a estes escombros uma cidade invisibilizada para os que estão fora dela e, dentro dela, homens e mulheres igualmente invisíveis e silenciosos caminhando por esta rede de acolhimentos, normas e valores, regras e acordos entretecidos nestas ruínas. (Barros, 2004, p. 1).

Este texto buscou articular, de modo sintético, a contradição entre o que os dados apontam como permanência e incremento da situação de rua no Brasil perante o desenvolvimento de instrumentos legais para seu atendimento e superação. A seguir vamos apresentar um estudo de caso pontual que pode indicar a potência de ações de pequena escala como indutoras de inclusão efetivas. Elegemos um projeto significativo no período quando ainda eram incipientes os mecanismos legais de proteção e atendimento à população em situação de rua, por sua condição pioneira e qualidade propositiva.

O projeto Oficina Boraceia, situado no bairro Barra Funda, região oeste da cidade de São Paulo/SP, é um exemplo de ação concreta das redes de atendimento municipal, como tentativa de garantia dos serviços prestados a nível municipal. Na discussão deste exemplo serão também pontuadas algumas contradições de seu processo de implantação. Iniciado em 2002 e concluído no ano de 2003, partiu da necessidade de um centro social como suporte para a população em situação de rua na cidade de São Paulo/SP (Loebcapote, 2003). As medidas para realização do projeto foram de iniciativa da Prefeitura Municipal em parceria com o Programa Acolher – Reconstruindo Vidas¹², estando sob responsabilidade do escritório do arquiteto Roberto Loeb. Dada a exiguidade de espaços desta natureza, o intuito do projeto era servir como piloto modelar para programas análogos, onde se preconizaria o conjunto de cuidados e acolhimento, desde o ingresso à permanência bem como incentivos e meios para possibilitar a saída desta situação aos indivíduos atendidos (Simões, 2012).

A Oficina possui área total de 90.000m² com 17.000m² de área construída, configurando-se como um abrigo projetado para hospedar 400 pessoas, contendo diversos serviços de assistência social para funcionamento período contínuo de 24 horas/dia (Loebcapote, 2003). Das atividades preconizadas no programa, merece destaque o cuidado

12 O Programa Acolher – Reconstruindo vidas, instituído pela iniciativa governamental de São Paulo, visa fornecer acolhida a pessoas desabrigadas em períodos de frentes frias. Para mais informações ver: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-42119-de-19-de-junho-de-2002/consolidado>.

aos catadores de materiais recicláveis, oferecendo espaços de orientação e triagem para manuseio do material e sua comercialização, bem como a guarda de carrinhos e carroças utilizadas neste tipo de trabalho (Campos, 2015).

A localidade de implantação é um ponto estratégico, fazendo parte dos trajetos percorridos pela população de rua e dispendo de algumas empresas de reciclagem nas redondezas, auxiliando a vida dos que trabalham com catação de resíduos sólidos (Paula, 2019). O projeto, implantado a partir da requalificação de um local que dispunha originalmente de uma oficina de transporte com galpões em desuso, se pautou pela compreensão das necessidades da população em situação de rua, apoiado pela atuação do poder público, viabilizando uma arquitetura que pudesse ir além da acolhida para pernoite, oferecendo espaços e oportunidades de inserção social em condições de vida digna (Paula, 2019).

A Figura 3 expõe a planta da edificação, onde é possível entender a posição dos ambientes e suas funções. O acesso ao edifício se dá por uma recepção para acolhimento indicada pela letra A, que é estabelecida em um volume independente, envolvido por jardins e pequenas hortas. Uma pequena passarela de forma orgânica, convida à entrada ao edifício principal, cuja face frontal é polvilhada por formas geométricas para as aberturas, de forma lúdica e convidativa. A porta de acesso em arco dirige o ingressante por um pequeno túnel de entrada (Figura 4) preparando-o para o espaço a seguir. Logo após, encontra-se um saguão com alas laterais para a guarda de carrinhos e carroças, assinalados pela letra B. Destaca-se, neste setor de ingresso, o canil com atendimento veterinário (letra C, na figura 3). A planta revela fluidez horizontal e a mescla entre as áreas de convivência e ambientes privados, promovendo interação entre as áreas internas e externas (Moraes, 2018). A organização dos setores se dá articulada a circulações generosas, entremeadas por alargamentos, que organizam as várias funções de modo claro, convidando ao reconhecimento e permanência nos vários espaços. Um saguão interno possibilita a visão do conjunto geral. A lavanderia comunitária, assinalada pela letra D, está estrategicamente posicionada para acesso independente. O refeitório e a cozinha industrial, com capacidade para 2000 pessoas por dia, constituem uma certa centralidade, conjugada ao saguão interno, conforme apontados pela letra I. Os dormitórios feminino, masculino e para famílias, se posicionam de modo a permitir a privacidade necessária aos arranjos e gêneros, conforme é visualizável pela letra E. Foi concebido um grande espaço multifuncional previsto para oficinas e cursos profissionalizantes como jardinagem, horta, construção civil, costura e cooperativismo, informática e um telecentro, assinalado pela letra G, abrigando um recinto para o ambulatório de atendimento médico (letra H). O projeto contempla também um Instituto de Pesquisa Urbana, letra F, voltado para o segmento de população em situação de rua. Ambientes voltados para a rua abrigam um espaço para triagem de resíduos sólidos recicláveis (letra L) e uma ampla área de permuta dos mesmos (letra M), de modo que haja diversas opções de atividades para inserção social

dos usuários do Oficina Boracea, dando luz à sua própria nomenclatura, transcendendo a noção de albergue. Frontal à rua, uma quadra de esportes ao ar livre completa o conjunto. Observa-se a posição discreta do posto policial, predicado para este tipo de programa (letra J).

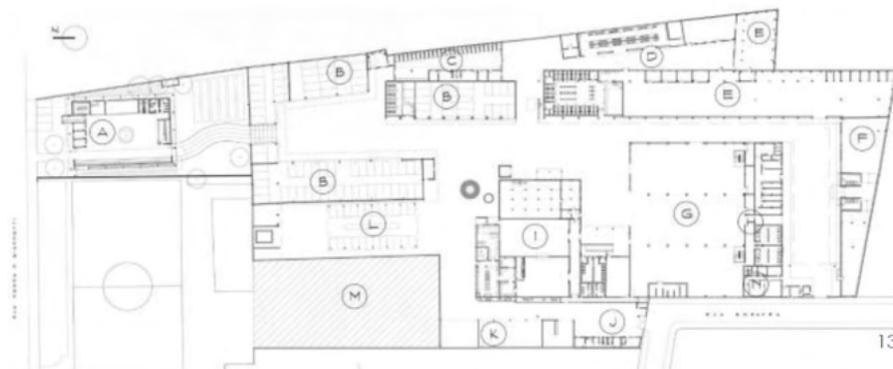


Figura 3: Oficina Boracea. Planta. (A) recepção; (B) carrinheiros; (C) canil/veterinário; (D) lavanderia comunitária; (E) dormitórios; (F) Instituto de Pesquisas Urbanas; (H) ambulatório;(G) salão multiuso, capela; (I) cozinha industrial e refeitório, vestiários, sanitários públicos; (J) posto policial; (K) depósito geral; (L) triagem de resíduos sólidos recicláveis; (M) área de permuta de recicláveis; (N) administração.

Fonte: Campos, 2015.

Poeticamente, poderia se dizer que o fluxo pelos espaços propostos, desde abertos ao ar livre como cobertos, permite uma caminhada de reflexão sobre o vislumbre da esperança de inserção social, especialmente marcado pela passarela orgânica e pelo túnel de ingresso, em direção à transformação da vida humana. O projeto aproveitou a estrutura do galpão pré-existente da antiga Oficina de Transportes, inserindo os espaços até as divisas do lote em uma espécie de bordadura de formas irregulares em torno do arcabouço principal. Esta arquitetura como instrumento de inclusão transmite uma linguagem construtiva e silenciosa conectando-se com a capacidade de resiliência e reorganização da população de rua (De Lucca, 2010). A utilização da estrutura metálica e vedações de blocos de concreto possibilitou uma obra ágil e limpa.



Figura 4: Oficina Boraceia. Face e túnel de acesso.

Fonte: Loebcapote.



Figura 5: Hortas, passarela e bloco de recepção ao fundo.

Fonte: Loebcapote.



Figura 6: Configuração dos espaços internos.

Fonte: Loebcapote.

Os espaços abertos e mobiliados de convivência ao ar livre, incluindo áreas verdes, possibilitam bem estar e proporcionam ventilação e iluminação natural aos ambientes internos, permitindo o senso de coletividade, bem como a abordagem discreta dos assistentes sociais e de grupos de apoio comunitário mais informais aos assistidos. Telhas translúcidas são dispostas para entrada de luz natural, conjugadas a grandes aberturas, articuladas a amplos beirais de proteção. O pé direito alto, oriundo da adaptação do antigo

galpão de ônibus, caracteriza a percepção de amplitude os espaços internos (Figura 6).

O Boraceia teve impacto positivo no princípio de sua implementação, firmando a gestão intersetorial entre governo e sociedade civil, bem como convênios com empresas, como meio de inserção dos indivíduos em situação de rua no mercado de trabalho (Simões, 2012). Atualmente, a Oficina Boraceia encontra-se bem diferente da forma como foi idealizada e construída. Projetada para o livre acesso e circulação, persiste de forma restrita, tanto aos usuários permanentes como aos funcionários – Figura 7 (Sposati, 2012). Inicialmente os recursos financeiros provinham da Prefeitura Municipal e de outras organizações da sociedade civil, mas devido à falta de transparência da organização quanto aos gastos e investimentos (Simões, 2012) e, principalmente pela diferente política setorial mediante a troca de gestão municipal, bem como a continuidade das ações assistenciais, os serviços e os atendimentos passaram a ser precários e deficientes (Freitas, 2018).



Figura 7: Acessos - Oficina Boraceia.

Fonte: Street View, 2020.

Inaugurado para ser um marco institucional brasileiro, tem retratada sua continuidade pelo tratamento à condição humana de carência extrema de forma fria e burocratizada. O descaso governamental tem gerado diversas críticas do que é o Boraceia hoje (De Lucca, 2010), além de questionamentos sobre os diversos tipos de atividades assistenciais prestadas, que suscitam dúvidas se essa medida não estaria segregando os indivíduos

e distanciando-os do exercício de sua cidadania (Ueda, 2018). A própria vizinhança faz do Boracea alvo de críticas e reclamações, principalmente por aqueles que habitam em condomínios fechados, por haver o que são denominados como mendigos, residentes no bairro, o que aponta para a manutenção de estigmas sofridos no convívio social por essa população. A redução drástica de recursos financeiros implicou diretamente nas transformações administrativas, de apoio e da realização das funções previstas. O local que possibilitava uma espécie de cooperativa de catadores, passou a receber, em grande parte, pessoas em condições delicadas de mobilidade e saúde¹³ (De Lucca, 2010).

Experiências como a do Boracea indicam que a potência da arquitetura em configurar espaços de qualidade a partir de programas estabelecidos com participação das comunidades diretamente envolvidas e do apoio das instâncias institucionais podem ficar ao sabor das alternâncias de gestão e financiamento, perdendo sua efetividade.

CONCLUSÕES

Entende-se que a partir da democratização brasileira, cujo marco fundamental nasce com a Constituição de 1988, apresentou passos importantes, especialmente nos últimos 20 anos, em direção ao estabelecimento de um quadro legal consistente com respeito ao setor de assistência social à população em situação de rua. No entanto, os dados apontam para o recrudescimento dos contingentes nesta situação, paradoxalmente incluindo maiores índices em regiões privilegiadas economicamente e densamente urbanizadas.

Em paralelo à garantia de direitos sociais fundamentais, a população em situação de rua remanescente e incrementada tem mantido formas próprias de sobrevivência nas ruas. A responsabilidade institucionalizada pelo Estado na esfera legal e de gestão, por meio de marcos legais, políticas, programas e ações, cujo compromisso de efetivação reside prioritariamente no âmbito municipal, não tem garantido, diante dos dados estatísticos, as condições necessárias para a inserção dos contingentes em condições de existência humana em formas dignas e de cidadania. As dimensões complexas e multisetoriais do problema apontam para contradições entre o preconizado e o real, o que aponta para a necessidade da constituição de pactos sociais mais amplos.

As ruas, como palco de acolhimento, revelam o estado das urgências no espaço urbano. Este estudo inicial parece indicar que os abrigos públicos, em face dos índices e tendo o Oficina Boracea como exemplo preconizado como de excelência, não apresentam capacidade e suporte operativo ou constância de propósitos.

Supõe-se que o CADÚNICO possa ser um instrumento efetivo no registro quantitativo e qualitativo, em vinculação de dados do IBGE, no sentido de inclusão da situação de rua

13 O Boracea, na época de sua inauguração, não dispunha de elementos de acessibilidade universal para receber indivíduos com mobilidade reduzida em todos seus recintos, tampouco contemplava corpo técnico para assistir pessoas com necessidades ligadas à saúde. Isto levou à realização de reformas pontuais visando sua adaptação às normas de acessibilidade. Mais recentemente, a incorporação de funcionários do setor de saúde, foi estigmatizado o emblema ao Boracea, de “depósito de gente doente” (De Lucca, 2010).

como pauta nacional, em busca de soluções mediante um setor que contraditoriamente apresenta quadro legal consistente, porém insuficiente para a gestão efetiva do problema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barros, Joana da Silva. (2004). *Moradores de rua - pobreza e trabalho: interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo].

Campos, Ana Paula Nigro (2015). *Arquitetura da inclusão: proposta de rede de equipamentos para moradores de rua. São Paulo*. [Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie].

Cortizo, Roberta. (2015). *A Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Série WWP Relatos de Uso de M&A. Retirado de https://www.wpp.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Pesquisa-Nacional-sobre-a-Popula%C3%A7%C3%A3o-de-Rua-Relato-de-Uso-WWP-_-PORT.pdf

Cortizo, Roberta. (2019). *Cadastro Único: População em situação de rua*. Assistência Social. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Retirado de <http://desenvolvimentosocial.gov.br/servicos/assistencia-social/servicos-e-programas-1/cadastro-unico-2013-populacao-em-situacao-de-rua>

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988, 5 outubro). Retirado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Cunha, Júnia Valéria Queiroga da & Rodrigues, Monica (Orgs.) (2009). *Rua: aprendendo a contar*. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Retirado de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf

Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. (2007, 26 junho). Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências.

Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. (2009, 23 dezembro). Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

De Lucca, Daniel. (2007). *A rua em movimento – experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, SP].

De Lucca, Daniel. (2010). Nem dentro nem fora do Albergue: transformações e usos de um dispositivo da assistência. *34º Encontro Anual da Anpocs, ST 31 – Sobre as periferias: novos conflitos no espaço público*.

Filgueiras, Cristina Almeida Cunha. (2019). Morar na rua: realidade urbana e problema público no Brasil. *Cadernos Metrôpole*, São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 975-1004. Retirado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962019000300975&lng=en&nrm=iso

Freitas, Kassiara Kristine de. (2018). *Espaço central para acolhimento de pessoas em situação de rua*. [Trabalho Final de Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina].

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015a). *IBGE divulga as estimativas populacionais dos municípios em 2015*. Comunicação Social, 2015. Retirado de <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?view=noticia&id=1&idnoticia=2972&busca=1&t=ibge-divulga-estimativas-populacionais-municipios-2015-atualizado-1800h-dia-28082015>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015b). *Produto Interno Bruto dos Municípios: PIB por Unidade da Federação, 2015*. Retirado de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?edicao=18760&t=destaques>

Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. (1993, 7 dezembro). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF. Retirado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm

Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005. (2005, 30 dezembro). Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. Retirado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11258.htm

Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. (2011, 6 julho). Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, 6 de julho de 2011. Retirado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm

Loebcapote. (2003). *Projeto Oficina Boraceia: edifício para moradores de rua na região central de São Paulo*. Retirado de <http://www.loebcapote.com/projetos/19>

Melito, Leandro. (2018). População de rua deve ficar fora do Censo 2020: IBGE diz que assunto está em estudo, mas ainda sem previsão. Brasília: *Agência Brasil*. Retirado de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-09/populacao-de-rua-deve-ficar-fora-do-censo-2020>

Ministério das Cidades. (2009). *Plano Nacional de Habitação*. Brasília: Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Retirado de http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/Habitacao/Material_de_Apoio/PLANONACIONALDEHABITAO.pdf

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2004). *Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004: Norma Operacional Básica NOB/SUAS*. Secretaria Nacional de Assistência Social. Retirado de http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2012). *Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS*. Conselho Nacional de Assistência Social. Retirado de https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf

Ministério da Saúde. (2011). *Portaria nº 122, de 25 de janeiro de 2011*. Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua. Retirado de http://bvsm.sau.gov.br/bvsm/sau delegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html

Moraes, Raphaela Nascimento de (2018). *Centro de Acolhimento: para pessoas em situação de rua*. [Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdades Integradas da União Educacional do Planalto Central]

Natalino, Marco Antônio Carvalho. (2016). *Estimativa da população em situação de rua no Brasil*. IPEA. Retirado de http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7289/1/td_2246.pdf.

Paula, Caio Augusto Domiciano de. (2019). *Centro de Acolhimento e Apoio à População de Rua*. [Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos].

Simões, Janaína Machado. (2012). *Projeto Oficina Boracea. Morador de Rua*. Retirado de <https://moradorderua.wordpress.com/2012/06/28/projeto-oficina-boracea/>

Sposati, Aldaiza. (2012). *Visita à Oficina Boracea: morador de Rua*. Retirado de <https://moradorderua.wordpress.com/2012/06/28/visita-a-oficina-boracea/>

Ueda, Gabriela Terumi. (2018). *Projeto Oficina Cidadã: Centro de Apoio e Capacitação de Presidente Prudente*. [Trabalho Final de Graduação ao Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente].

ÍNDICE REMISSIVO

A

Antônio Carlos 5, 159, 160, 161, 162, 165, 170, 171

Arquitetura 1, 2, 3, 5, 1, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 44, 45, 46, 47, 48, 53, 54, 55, 56, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 95, 106, 109, 121, 122, 134, 135, 136, 137, 139, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 158, 160, 162, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 187, 189, 192, 193, 194

Arquitetura contemporânea 5, 172, 181, 183

Arquitetura Modernista 151, 158

Arquitetura vernacular 136, 147

C

Casas germânicas 4, 159

Centro histórico 82, 84, 85

D

Despatrimonialização 122, 123

Direito à cidade 1

E

Ensino de arquitetura 2

Estética 5, 38, 47, 54, 71, 82, 84, 86, 87, 88, 90, 92, 93, 94, 95, 100, 102, 103, 113, 114, 115, 172, 173, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 182, 192, 193

L

Lenguaje arquitectónico 62

M

Madrid 42, 82, 84, 85, 94, 107, 164

Mapeamento 4, 148, 149, 151, 152

Maquete física 3, 70, 72, 75, 76, 77, 80, 81

Marcos Acayaba 172, 173, 174, 178, 181, 182, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193

Memória 1, 2, 4, 109, 111, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 130, 131, 132, 133, 160, 161, 169

Metrô de São Paulo 108, 109

México 18, 19, 20, 25, 26, 27, 42

Monumento 33, 125, 126, 129, 130, 131

P

Paisagem sonora 4, 95, 97, 98, 105, 106, 107

Paisagem urbana 126

Parques urbanos 95, 106, 107

Patrimônio artístico 4, 108

Pessoas em situação de rua 3, 15, 16

Planejamento urbano e regional 71

Ponta Grossa 4, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158

Processo de Projeto 46, 48, 54, 70, 72, 73, 75, 76, 80, 81, 173, 177

Produção social da habitação 18, 20, 23, 24

Projeto arquitetônico 1, 73, 80, 81, 172, 173, 180

Projeto executivo 3, 44, 45, 48, 54, 55

Q

Qualidade ambiental 96, 106

R

Restauração aberta 4, 108, 109, 110, 111, 116, 118

T

Taller de paisaje 3, 57, 58, 62, 64

Talleres artísticos y técnicos superiores 3, 27, 28, 29

Técnicas construtivas 46, 134, 135, 137, 139, 140, 145, 147, 149, 182

Transdisciplinaridade 3, 18, 23, 24, 25

U

Urbanismo 1, 2, 3, 1, 15, 16, 17, 18, 27, 44, 47, 52, 55, 70, 71, 72, 73, 77, 78, 79, 80, 81, 95, 106, 146, 148, 151, 193, 194

V

Vanguardias soviéticas 27, 38

Vkhutein 3, 27, 28, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42

Vkhutemas 3, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43

ARQUI TETURA E URBANISMO:

SENSIBILIDADE PLÁSTICA,
NOÇÃO DO ESPAÇO,
IMAGINAÇÃO E
MEMÓRIA VISUAL

2

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

ARQUI TETURA E URBANISMO:

SENSIBILIDADE PLÁSTICA,
NOÇÃO DO ESPAÇO,
IMAGINAÇÃO E
MEMÓRIA VISUAL

2

- 🌐 www.atenaeditora.com.br
- ✉ contato@atenaeditora.com.br
- 📷 @atenaeditora
- 📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br